



Preencha a **ficha de cadastro** no final deste livro e receba gratuitamente informações sobre os lançamentos e as promoções da Elsevier.

Consulte também nosso catálogo completo, últimos lançamentos e serviços exclusivos no site www.elsevier.com.br

2ª tiragem

Organizadores
Fernando Veloso
Pedro Cavalcanti Ferreira
Fabio Giambiagi
Samuel Pessôa

CORTESIA



VENDA PROIBIDA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA



O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

André Villela

Introdução

Em uma passagem de seu celebrado livro *Armas, germes e aço*, o biólogo evolucionário Jared Diamond relata conversa mantida no início da década de 1970 com Yali, um líder político de Papua-Nova Guiné, na qual este lhe pergunta: “Por que vocês, brancos, produziram tanto ‘cargos’ (artigos manufaturados) e trouxeram tudo para a Nova Guiné, mas nós, negros, produzimos tão pouco ‘cargos’?”¹ Essa pergunta singela reflete, no fundo, o enorme fosso econômico que separa algumas sociedades contemporâneas, fruto de trajetórias de crescimento distintas nos últimos séculos. Ao mesmo tempo, toca diretamente nos dois conjuntos de questões que estão no centro dos estudos na área de desenvolvimento econômico: o crescimento e a equidade.

Nesse sentido, o estudo da história do desenvolvimento econômico mundial em uma perspectiva de longuíssimo prazo (como a que se pretende tomar aqui) revela dois fatos estilizados importantes, cada um referente a um dos grandes temas de estudo na área:

- a. Crescimento: a taxa de crescimento da renda *per capita* foi, historicamente, muito lenta no mundo todo, tendo aumentado substancialmente após a Revolução Industrial; como tal, essa revolução constitui um divisor de águas crucial na história do desenvolvimento.

¹ Ver Diamond (2004), p. 14.

- b. Equidade: a desigualdade de renda *per capita* internacional (isto é, entre os países) cresceu continuamente desde a Revolução Industrial. Em outras palavras, verificou-se divergência nos níveis de renda *per capita* dos diversos países, tendência que sofreria uma inflexão e modesto recuo a partir da década de 1980;² já a desigualdade de renda global (ou seja, entre indivíduos do mundo, independentemente do país) cresceu sem interrupção desde o início do século XIX.

Este capítulo tem por objetivo analisar o fenômeno do desenvolvimento econômico em suas duas dimensões – o crescimento e a equidade – a partir de uma abordagem histórica. Em outras palavras, seu foco será o *como* (fatos) mais do que o *porquê* (teoria) do fenômeno do desenvolvimento econômico ao longo dos séculos.

O capítulo está dividido em quatro seções, incluindo esta Introdução. Na segunda seção, são discutidos alguns fatos estilizados sobre o fenômeno do crescimento econômico no longuíssimo prazo. Na terceira seção, resume-se a experiência histórica de crescimento dos últimos dois séculos, dividida em suas principais fases. A quarta seção, por sua vez, analisa a distribuição de renda no mundo ao longo da história, com ênfase nos últimos 200 anos.

O crescimento econômico na história: alguns fatos estilizados

Se, à época em que Diamond e Yali mantiveram seu diálogo, era clara a diferença de padrão de vida, por exemplo, entre a Nova Guiné e as economias industrializadas do Ocidente, será que tais diferenças sempre existiram? Dito de outra forma, os desníveis de renda *per capita* entre os diversos povos são um fato estilizado que descreva razoavelmente a experiência histórica da humanidade? A resposta é *sim* e *não*. Não, no sentido de que, durante mais de 99% da história humana, o padrão de vida de todos os povos era, *grosso modo*, semelhante – e baixo. Vivia-se, em suma, em um mundo de pobreza generalizada, não muito diferente daquele evocado por Thomas Hobbes no *Leviatã*, para quem a vida do homem em seu estado “natural” era “solitária, pobre, sórdida, brutal e curta”.³

² Este resultado se verifica quando se pondera a renda *per capita* dos países pela sua população e é influenciado pelo crescimento acima da média mundial, nas últimas décadas, apresentado pela China e Índia. Esse ponto será retomado mais à frente.

³ Note-se que, a rigor, a renda *per capita* e o padrão de vida não são sempre iguais. Em sociedades modernas, com significativa provisão pelo Estado de bens meritórios (educação e saúde, por exemplo), é perfeitamente possível haver uma melhoria do padrão de vida de um indivíduo sem que necessariamente sua renda esteja aumentando. Feita essa ressalva, ao longo do presente capítulo ambos os termos serão utilizados como sinônimos.

Em princípio, a caracterização da história econômica mundial como sendo dominada por pobreza generalizada parece incompatível com o legado material e cultural das gerações passadas, sob a forma de templos, palácios, obras de arte etc. que chegaram aos dias atuais. Porém, conforme lembra, entre outros, Robert Lucas, era perfeitamente possível às sociedades agrárias do passado sustentarem civilizações impressionantes a partir da extração de excedentes da maioria camponesa e sua posterior canalização aos proprietários de terras e às elites urbanas. O que tais sociedades não conseguiam proporcionar era um aumento significativo no padrão de vida da maioria das pessoas.⁴

Contudo, nos últimos 200 (vale dizer, os 0,2% mais recentes da história humana) ou, no máximo, 500 anos, tal estado de coisas passou a ficar para trás. Primeiramente, no noroeste da Europa e, em seguida, em outras partes do mundo, houve o início de uma mudança profunda nessa longa história de baixos padrões de vida médios em todas as sociedades – daí o *sim* como parte da resposta à pergunta levantada no início desta seção. Essa mudança envolveu o início de um processo que ganharia a designação de crescimento econômico “moderno” e que, com o passar do tempo, iria permitir ao habitante médio de várias sociedades contemporâneas, pela primeira vez na história, gozar de um conforto material digno das elites do passado (e, em muitos casos, amplamente superior).⁵

A história humana de baixa renda média desde sempre, seguida – nos últimos 200 anos – de crescimento sustentado dos padrões de vida, pode ser representada pela curva de renda *per capita* exibida no Gráfico 3.1.⁶

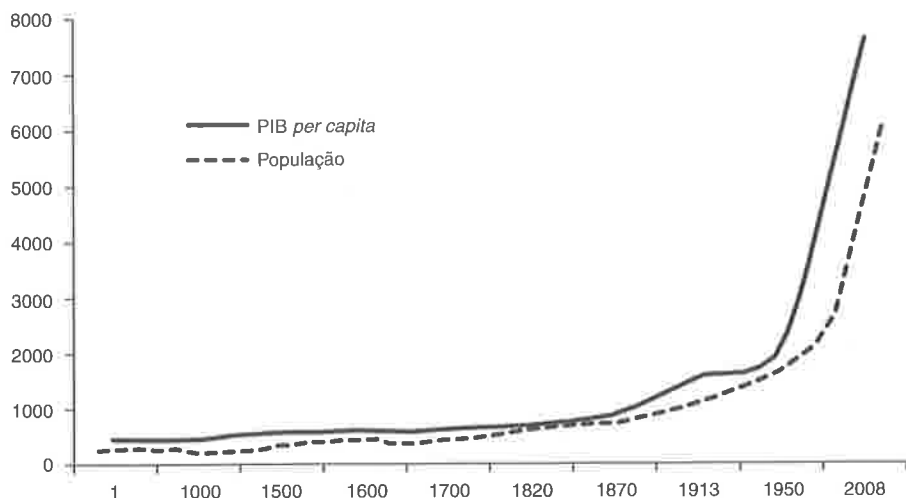
A curva de PIB *per capita* no Gráfico 3.1 resume o primeiro fato estilizado a que se referiu na Introdução deste capítulo, isto é, os séculos de baixíssimo (ou nenhum) crescimento dos níveis de renda *per capita*. Tal situação decorria, fundamentalmente, do fato de o crescimento econômico em sociedades agrárias estar limitado por uma combinação de dependência extrema de um fator relativamente fixo (a terra) e lento progresso técnico. Sob esse regime, épocas de crescimento econômico vinham acompanhadas de crescimento demográfico (por melhoria da alimentação ou antecipação dos casamentos, com aumento

⁴ Ver Lucas (2009). Para experiências bem documentadas de crescimento econômico e demográfico em diversas partes do mundo antes da Revolução Industrial, ver Goldstone (2002).

⁵ A expressão “crescimento econômico moderno” tornar-se-ia consagrada a partir do livro homônimo de Kuznets (1966). Tal como definido por Kuznets, esse tipo de crescimento envolve, simultaneamente, aumento sustentado do PIB *per capita* e mudança na estrutura produtiva da economia, representada pela perda de peso relativo da agricultura e avanço dos setores industrial e de serviços.

⁶ Por conveniência, a data no eixo X do gráfico começa no ano 1 d. C. Para todos os efeitos, porém, ela poderia começar milhares de anos antes, dado que as estimativas disponíveis sugerem que a renda *per capita* média na Antiguidade não era significativamente diferente daquela que prevalecia no início da Era Cristã. Ver, a respeito, Malanima (s.d.).

GRÁFICO 3.1 Evolução histórica do PIB *per capita* e população global, 1 – 2008
(PIB *per capita* em US\$ internacionais de 1990, população em milhões)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Maddison (2010) e Livi-Bacci (2007).

correspondente da fecundidade), daí resultando uma expansão do PIB total. A esse fenômeno dá-se o nome crescimento *extensivo*, isto é, aquele que envolve maior uso dos fatores de produção (nesse caso, trabalho e terra), principais insumos em economias agrárias. Porém, o crescimento demográfico, ao mesmo tempo, colocava pressão sobre recursos finitos (e a terra era o principal fator de produção em economias pré-industriais), o que – em um contexto de progresso técnico lento – implicava retornos decrescentes na produção. Ao final, o crescimento do PIB total era compensado pelo aumento populacional, de tal forma que, no longo prazo, não havia – em um mundo pré-industrial – crescimento duradouro do PIB *per capita*.

Em suma – e diferentemente das sociedades contemporâneas –, as sociedades agrárias tradicionais respondiam ao crescimento econômico com aumento da população, e não dos padrões de vida. Como resultado, os níveis de renda médios tenderam a gravitar em torno de um patamar baixo, não significativamente distinto do que prevalecia, por exemplo, na Antiguidade.

A tal padrão de estagnação que caracterizava todas as sociedades agrárias, pré-industriais – envolvendo altos e baixos de uma renda média pouco acima da renda de subsistência –, dá-se o nome “regime malthusiano”, em alusão ao celebrado pastor inglês, autor do *Ensaio sobre o princípio da população*, de 1798. Segundo seu conhecido axioma, existe um potencial inerente na espécie humana de se reproduzir mais rapidamente que seus meios de subsistência. Isso levou Malthus a concluir que o embate entre essas duas forças levaria inevitavelmente a crises de mortalidade – os chamados controles “positivos” –, nas quais o

crescimento demográfico seria limitado pela desnutrição, doenças e morte. Tal destino seria universal e inescapável, segundo o autor, a não ser que as sociedades cultivassem práticas visando a limitar o crescimento demográfico através de hábitos morais – os chamados controles “preventivos” –, que reduzissem a fertilidade a um nível compatível com a manutenção de determinado padrão de vida. Para Malthus, a chave para tal prudência passava pela restrição ao acesso à instituição do casamento, por exemplo, via celibato.⁷

Existe grande controvérsia na literatura especializada acerca da prevalência, antes da Revolução Industrial, de uma relação negativa entre crescimento demográfico e padrão de vida (renda *per capita*). Em outras palavras, em que medida o mundo pré-industrial era universal e inescapavelmente malthusiano é matéria para acalorados debates na academia.⁸ A razão para tanto deriva da existência no mundo pré-industrial – lado a lado com as forças *estagnacionistas* malthusianas – de forças *progressistas* (ditas smithianas, em alusão a Adam Smith), que permitiam avanços da produtividade que não eram totalmente dissipados pela expansão demográfica; em outras palavras, aumentos da renda *per capita*.

A noção de crescimento smithiano está associada aos ganhos de eficiência proporcionados pela especialização. A ideia é que, quanto maiores a população e a demanda, maiores os incentivos para uma intensificação da divisão do trabalho na qual os indivíduos se especializam em fazer determinada tarefa. Com a especialização, aumentam as possibilidades de ganhos de comércio, proporcionando aumento da eficiência alocativa na economia.

Mesmo tais ganhos advindos da maior divisão do trabalho não são sustentáveis ao longo do tempo, porém. Em algum momento, uma economia experimentando os ganhos de especialização irá se estabilizar em um nível de eficiência mais elevado, mas deixará de apresentar aumentos da renda *per capita*.

Contudo, os ganhos de produtividade associados à especialização não se esgotam aí. Conforme argumenta Karl G. Persson, a maior divisão do trabalho estimulada pelo crescimento demográfico também abre a possibilidade para ganhos de eficiência associados ao aprendizado (*learning by doing*).⁹ Tais ganhos podem ser percebidos quando se atenta para o fato de que, à medida que

⁷ Para este breve resumo do modelo malthusiano, ver De Vries e Van de Woude (1997), p. 687. Note-se que foi justamente na Europa Ocidental que, pela primeira vez (no século XVI), o casamento deixou de ser universal (e, na média, passou a ocorrer em idades mais avançadas), levando a menor fecundidade e maior controle sobre o número de nascimentos. Tal fenômeno – único no mundo antes do século XX – é conhecido na literatura como padrão europeu de casamento.

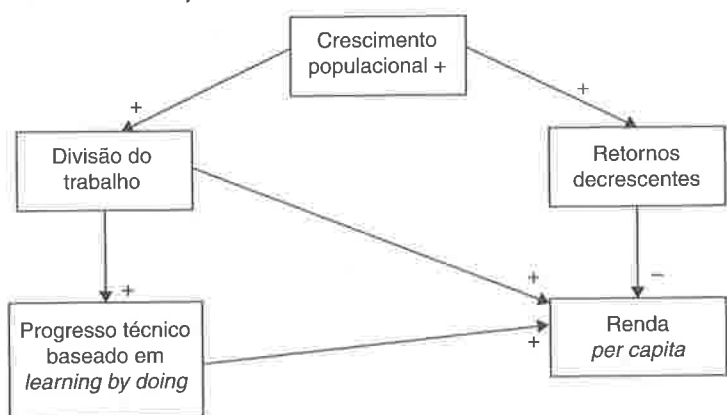
⁸ Exemplo disso é a polêmica gerada pelo livro de Clark (2007), assumindo uma posição extrema do argumento malthusiano. Um simpósio ocorrido pouco após o lançamento do livro reuniu diversos especialistas cujos trabalhos foram publicados em 2008 no volume 12, n. 3, da *European Review of Economic History*.

⁹ Ver Persson (2010).

um indivíduo adquire experiência na produção, maiores os ganhos potenciais advindos da observação de regularidades no processo produtivo, do acaso e da tentativa e erro. O conhecimento novo (e útil) assim adquirido permite alargamento do conhecimento técnico e irá gerar maior produção e/ou melhoria na qualidade dos produtos para um dado emprego de insumos. Em outras palavras, permite aumentos de eficiência (produtividade).

Ao final, portanto, as sociedades pré-industriais deparavam-se com dois tipos de forças opostas: as primeiras, de natureza malthusiana, puxavam-nas na direção da estagnação; as segundas, via maior divisão do trabalho e *learning by doing* na produção, empurravam-na para a frente lentamente, com ganhos de renda *per capita*. A Figura 3.1 resume essa ideia.

FIGURA 3.1 Forças malthusianas e smithianas no crescimento econômico



Fonte: Persson (2010), p. 61.

E o que a evidência histórica revela sobre a resultante dessas duas forças opostas? Será verdade que as forças malthusianas eram de fato universais e inescapáveis antes da Revolução Industrial, conforme argumenta parcela majoritária da literatura moderna de crescimento econômico? Aparentemente, não. Inúmeros trabalhos indicam a existência de regiões no noroeste da Europa (Holanda e, posteriormente, Inglaterra) que, a partir do século XVI, já exibiam uma tendência a romper com o modelo malthusiano e, com isso, conseguiam conjugar aumento populacional com elevação – ainda que modesta (em média, de 0,15 a 0,25% ao ano [a.a.]) – dos níveis de renda *per capita*.¹⁰

¹⁰ Para uma síntese dos resultados dessas pesquisas, ver Van Zanden (2009). A esses dois países deve-se acrescentar o caso das 13 colônias britânicas da América do Norte no século XVIII, que, ao que parece, tampouco estiveram presas ao regime malthusiano. Com isso, apresentaram taxas de crescimento da renda *per capita* até maiores, estimadas em 0,3-0,5% a.a., em média, no período. O excepcional caso americano será retomado no Capítulo 4.

Contudo, mesmo a Inglaterra e a Holanda pré-industriais, por mais que não possam ser caracterizadas como economias sujeitas a limites malthusianos estritos, partilhavam com as demais economias da época um limite energético inescapável, que impedia que a sua renda *per capita* crescesse a taxas muito superiores a 0,15 e 0,25% a.a. Tal limite pode ser percebido a partir da noção de economia “orgânica”, atribuída ao demógrafo histórico Edward Wrigley.¹¹ Nessas economias, a terra era a fonte última de energia. Dela provinham os alimentos para seres humanos e animais – estes últimos empregados na tração de arados, nos transportes, na movimentação de moinhos etc. e na provisão de esterco para a agricultura – e a lenha usada na produção de carvão vegetal (combustível vital para o aquecimento doméstico e diversos processos industriais).

Nessas circunstâncias, o crescimento demográfico e a maior demanda por alimentos (grãos) acabavam por competir pela terra anteriormente dedicada à criação de animais ou ocupada por florestas. Esse *trade-off* entre fontes alternativas de energia (grãos, pastagem, lenha) em um contexto de dependência de uma quantidade relativamente fixa de terra terminava por limitar as possibilidades de crescimento de economias orgânicas. Ao final, tais limites só seriam efetivamente superados a partir do aproveitamento, em larga escala, de uma fonte praticamente inesgotável de energia – o carvão mineral, que não competia com as demais pelo fator terra. E tal aproveitamento teve início na Inglaterra, no século XVI, acentuando-se com a Revolução Industrial.

Nesse sentido (energético), a Revolução Industrial foi um divisor de águas na história da humanidade, ao permitir o rompimento definitivo das amarras que prendiam as economias orgânicas. A partir dela, as sociedades passariam a dispor, crescentemente, de fontes (quase) ilimitadas de energia que não competiam com a produção de alimentos pela ocupação de terras agricultáveis. Mas não foi apenas nesse sentido que a Revolução Industrial mudou o mundo. O caráter verdadeiramente revolucionário da Revolução Industrial manifesta-se em, pelo menos, duas outras formas: na economia e na demografia.

No primeiro caso, ele reside no fato de a Revolução Industrial ter alterado os parâmetros do crescimento econômico. Ou seja, antes de meados do século XVIII, a maior parte do crescimento econômico – quando ele ocorria – era resultante de melhorias institucionais que permitiam o surgimento do comércio (e os ganhos ditos smithianos, de especialização, a ele associados). Havia progresso técnico antes da Revolução Industrial, mas seu papel no crescimento econômico era modesto. Já durante a Revolução Industrial e após, o crescimento passou a ser cada vez mais dominado por melhorias na tecnologia. Esta, ao

¹¹ Ver Wrigley (2010).

contrário de outras formas de crescimento econômico, não incorria em rendimentos decrescentes e, portanto, poderia se sustentar no tempo.¹²

Dito de outra forma, se antes dela o crescimento econômico era fenômeno episódico que, com sorte, poderia alçar uma economia a um nível de renda *per capita* ligeiramente superior ao de subsistência, a partir da Revolução Industrial o crescimento se tornou uma condição permanente das economias que, seguindo o exemplo britânico, passaram a introduzir continuamente novas técnicas no processo produtivo.¹³ O resultado desse novo tipo de crescimento, acumulado nos últimos 200 anos, é a enorme prosperidade de que desfruta parcela considerável da humanidade nos dias atuais.

Já do ponto de vista demográfico – o segundo aspecto revolucionário que se deseja enfatizar –, nota-se também uma inflexão na trajetória da população mundial a partir da virada do século XVIII para o XIX (ver a curva correspondente no Gráfico 3.1), coincidindo, portanto, com a Revolução Industrial e, em parte, decorrente dela. Assim, nos 17,5 séculos da Era Cristã anteriores à Revolução Industrial, estima-se que a população mundial tenha passado de 250 para 770 milhões de habitantes (isto é, uma taxa de crescimento média de 0,06% a.a.). Nos dois séculos a partir de 1750, essa taxa de crescimento praticamente multiplicou-se 10 vezes (para 0,6% a.a.).¹⁴ Tal processo, por sua vez, resultou da rápida acumulação de recursos, do controle do meio ambiente e do declínio da mortalidade, todos eles tornados possíveis pelo crescimento econômico exponencial que a Revolução Industrial inaugurou.¹⁵

¹² Ainda assim, não são claras as razões para essa aceleração do progresso técnico ao final do século XVIII na Inglaterra. Nas palavras de Joel Mokyr, “não é possível ‘explicar’ *por que* o crescimento moderno aconteceu após 1800, assim como não sabemos por que o *Homo sapiens* surgiu quando surgiu e não, digamos, 30 milhões de anos antes”. Ver Mokyr (2002), p. 286 (tradução do autor).

¹³ Ver Mokyr (2003).

¹⁴ A taxa de crescimento populacional aumentou para 1,7% a.a. nos últimos 60 anos. Ver Livi-Bacci (2007), p. 28.

¹⁵ Nos chamados modelos de crescimento “unificados”, a Revolução Industrial é vista, do ponto de vista econômico-demográfico, como uma fase intermediária entre o regime malthusiano e o do crescimento moderno. Segundo essa família de modelos, no mundo pré-industrial malthusiano o crescimento do PIB foi acompanhado de crescimento populacional, resultando em PIB *per capita* em níveis baixos e com muito pouco crescimento ao longo dos séculos. A Revolução Industrial, por sua vez, seria uma fase “pós-malthusiana”, de transição, na qual já se observa crescimento mais significativo da renda *per capita*, embora o crescimento populacional ainda esteja positivamente relacionado ao aumento do padrão de vida. Finalmente, a partir da segunda metade do século XIX, entrar-se-ia em uma terceira fase, de crescimento “moderno”, iniciada com uma maior demanda por capital humano (tipicamente, com o emprego da ciência no processo produtivo, na chamada Segunda Revolução Industrial, que envolveu os setores químico, elétrico, de energia e as engenharias) e a chamada transição demográfica. Com esta última, inaugura-se um período de menores taxas de natalidade, permitindo que o crescimento demográfico deixe de contrabalançar, como no passado, o aumento da renda. Para um exemplo desse tipo de modelo, ver Galor e Moav (2002). Para um balanço dessa literatura, ver Snowdon (2008) e Mokyr e Voth (2010).

Com efeito, o progresso técnico que acompanhou aquela revolução e que se intensificou desde então tornou possível um aumento da produtividade da agricultura e da capacidade de se transportarem excedentes agrícolas em escala global, reduzindo, assim, a incidência de episódios de fome epidêmica que tanto limitavam o crescimento populacional até então. Somem-se a isso as melhorias na saúde pessoal e pública (consumo de sabão, troca frequente de roupas, acesso a água encanada e esgotamento sanitário, casas de alvenaria etc.) – também derivados, de alguma maneira, do aumento da renda e ampliação do consumo de bens privados e públicos que a Revolução Industrial permitiu – e entende-se a extensão da queda da mortalidade a partir de então. O resultado agregado dessa conjunção de maior controle do meio ambiente com queda da mortalidade em escala global foi um aumento da população mundial, de cerca de 950 milhões em 1800 (crescimento de 40% em relação à população em 1700) para 1,6 bilhão em 1900 (aumento de 70% em relação a 1800) e seis bilhões em 2000 (crescimento de 375%).

Se, conforme visto até aqui, existe grande debate na literatura quanto ao ritmo e à natureza do crescimento econômico no período pré-industrial, a disponibilidade de estimativas mais confiáveis para a renda *per capita* de diversas partes do mundo a partir de 1820 permite uma interpretação ligeiramente menos controversa dos fatos desde então. A próxima seção se dedica justamente a descrever e interpretar o crescimento econômico mundial – e das principais regiões – nos últimos 200 anos, vale dizer, a história do crescimento econômico moderno disseminado por vários países.

O crescimento econômico moderno

*Modern Growth Was a Factor of at Least Sixteen.*¹⁶ Este é o título do Capítulo 6 de um livro de Deirdre McCloskey e serve para denotar o que foi, conservadoramente, a experiência de multiplicação da renda *per capita* de um país como a Inglaterra nos últimos 200 anos.¹⁷ Contraste-se esse desempenho com a estagnação ou, no máximo, baixíssimo crescimento vigente no mundo pré-industrial, discutido na seção anterior, e não resta dúvida de que desde o século XIX a

¹⁶ “O crescimento econômico moderno foi um múltiplo de, pelo menos, dezesseis.”

¹⁷ Ver McCloskey (2010). Diz-se conservadoramente porque é possível que a forma como é tradicionalmente calculado o PIB envolva forte subestimativa do bem-estar desfrutado pelos indivíduos, em função de melhorias de qualidade dos produtos e do surgimento de produtos novos ao longo dos anos (e, mais ainda, séculos). Por ora deixam-se de lado questões referentes a quão bem distribuídos foram os frutos desse crescimento notável da renda *per capita*, vale dizer, a equidade, objeto da próxima seção.

humanidade vem passando por uma experiência histórica única, de aumentos jamais vistos do padrão de vida do indivíduo médio.

Não obstante, a multiplicação dos níveis de renda *per capita* ao longo dos dois séculos de crescimento econômico moderno não se deu de forma homogênea no tempo ou no espaço. Em outras palavras, países/regiões diferentes cresceram a taxas distintas em períodos diferentes. A Tabela 3.1 deixa isso claro, ao dividir a experiência de crescimento econômico do mundo e de suas principais regiões desde a Revolução Industrial¹⁸ segundo seis períodos, a saber: 1820-1870, 1870-1913, 1913-1950, 1950-1973, 1973-1990 e 1990-2008.¹⁹

TABELA 3.1 Taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* mundial e por região (em %)

	1820-70	1870-1913	1913-50	1950-73	1973-90	1990-2008
Europa Ocidental	0,98	1,33	0,76	4,05	1,98	1,72
Europa Oriental	0,63	1,39	0,60	3,81	0,50	2,54
Antiga URSS	0,63	1,06	1,76	3,35	-0,01	0,76
<i>Western Offshoots*</i>	1,41	1,81	1,56	2,45	1,92	1,66
Estados Unidos	1,34	1,82	1,61	2,45	1,96	1,66
América Latina	-0,03	1,82	1,43	2,58	0,67	1,78
Brasil	0,20	0,30	1,97	3,73	1,41	1,50
Ásia	-0,10	0,53	0,08	3,87	2,89	3,97
Japão	0,19	1,48	0,88	8,06	2,96	1,08
China	-0,25	0,10	-0,62	2,86	4,73	7,11
Índia	0,00	0,54	-0,22	1,40	2,66	4,56
África	0,35	0,57	0,92	2,00	0,16	1,24
Mundo	0,54	1,30	0,88	2,92	1,38	2,17

*Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Maddison (2010).

Tomando-se a série como um todo, isto é, de 1820 a 2008, verifica-se que a renda média por habitante do mundo se multiplicou no período por mais de 11 vezes em termos reais. Tal desempenho equivale a uma taxa de crescimento médio anual da renda *per capita* de 1,3% ou, ainda, a uma renda individual que

¹⁸ O Capítulo 1 deste livro apresenta uma análise da experiência comparada de crescimento em várias regiões no pós-guerra, com foco na América Latina, Tigres Asiáticos e China. O Capítulo 5 analisa a experiência brasileira.

¹⁹ A balizar os diferentes subperíodos estão os seguintes anos-chave, em torno dos quais se deram importantes transições: 1820 (fim dos efeitos econômicos das guerras napoleônicas); 1870 (unificação alemã, Restauração Meiji, montagem do sistema de padrão-ouro, Segunda Revolução Industrial); 1913 (Primeira Guerra Mundial); 1950 (pós-Segunda Guerra e início da Era de Ouro); 1973 (fim do Sistema de Bretton Woods e primeiro choque do petróleo); e 1990 (colapso do império soviético, ascensão da China, Consenso de Washington). Ver, a respeito, Maddison (1997) e Maddison (2007).

dobrou a cada 55 anos. Insistindo nesse ponto: comparada à virtual estagnação dos padrões de vida médios no mundo pré-industrial, tem-se a real dimensão do avanço material observado nos últimos dois séculos.²⁰

Quanto aos diversos subperíodos, um primeiro exame dos dados da Tabela 3.1 revela taxa de crescimento da renda *per capita* entre 1820 e 1870 já em ritmo claramente “moderno” (isto é, muito superior ao observado no mundo pré-industrial), mesmo que à época vários países ainda estivessem presos ao regime malthusiano. Essa taxa se acelera durante a primeira onda de globalização (1870-1913) para arrefecer no entreguerras. A chamada Era de Ouro (1950-1973), por sua vez, irá se caracterizar pelas mais elevadas taxas de crescimento do PIB *per capita* na história, após o que a expansão desse indicador se dará em um ritmo mais lento – ainda que um pouco superior ao que prevaleceu nas décadas que antecederam a Primeira Guerra.

E o que dizer dos fatores explicativos dessa trajetória de crescimento que envolve variações marcantes, tanto no tempo como no espaço? Para abordar essa questão, um ponto de partida útil é a distinção, devida a Angus Maddison, entre os determinantes “próximos” e “últimos” do crescimento econômico. Os primeiros dizem respeito, respectivamente, à acumulação de fatores (isto é, ao crescimento em sua forma extensiva) e à eficiência (crescimento da produtividade ou intensivo) e servem de base para os exercícios empíricos de decomposição das fontes de crescimento econômico encontrados na literatura.

Já os determinantes “últimos” do crescimento são muitos, mas a literatura tem enfatizado a importância de três, a saber: a geografia (latitude, proximidade a cursos de água, clima etc.); o comércio internacional (no sentido amplo, incluindo benefícios e custos de participar dos fluxos internacionais de mercadorias, serviços, capitais e mão de obra); e as instituições (definidas como arranjos sociopolíticos formais e informais que desempenham importante papel em promover ou retardar o crescimento).²¹

A geografia influencia as taxas de crescimento econômico através de diversos canais. Diretamente, através da existência de depósitos de recursos naturais comercializáveis, a exemplo de petróleo, diamantes e outros minerais que sirvam de fonte de renda para um país. A qualidade do solo e a pluviosidade, por sua vez, determinam a produtividade da terra e, em última instância, a renda.

²⁰ Salvo indicação em contrário, todos os dados de PIB ou PIB *per capita* (e sua variação no tempo) apresentados nesta seção têm como fonte Maddison (2010). Esses dados são calculados em paridade de poder de compra, ou seja, são ajustados em função das diferenças de custo de vida entre os países.

²¹ Ver Rodrik (2003), p. 5, e o Capítulo 2 neste volume. Para autores que enfatizam a importância de cada um desses determinantes “últimos” do crescimento econômico (a saber, geografia, comércio internacional e instituições), ver, respectivamente, Diamond (2004), Williamson (2011) e North (1990).

A geografia também influencia o ambiente epidemiológico de um país, com efeitos sobre morbidade e crescimento. Indiretamente, ela afeta o crescimento econômico via dois outros canais. Primeiramente, ao limitar a extensão em que um país consegue se integrar ao mercado internacional (pensar em países montanhosos e sem acesso ao mar, como a Bolívia e o Butão). Em segundo lugar, ao ajudar a moldar as instituições de um país, a exemplo do que ocorreu com as colônias de povoamento que viriam a dar origem aos Estados Unidos, contrastadas com a América portuguesa tropical, típica colônia de exploração, com instituições (posse de terra, acesso ao voto etc.) distintas daquelas vigentes nas 13 colônias britânicas na América do Norte.²²

Parte da literatura dá destaque ao papel da integração na economia mundial (isto é, comércio) como sendo um fator adicional por trás do crescimento econômico. Segundo esse argumento, o grau de abertura de uma economia tem impacto positivo sobre o crescimento, através dos ganhos de especialização e do poder das importações de forçarem um aumento na produtividade dos produtores domésticos.

Finalmente, as instituições têm recebido atenção crescente da literatura de crescimento, à medida que, por exemplo, o respeito aos direitos de propriedade, a existência de estruturas regulatórias adequadas, a qualidade e independência do poder judiciário e a capacidade da burocracia estatal são elementos importantes para o início do processo de crescimento econômico e sua sustentação no tempo.

Esses três determinantes “últimos” servirão de base, no restante desta seção, para uma breve análise do crescimento econômico agregado e das principais regiões do mundo nos seis subperíodos em que se dividiu a história moderna.²³

O crescimento econômico no “longo século XIX” (isto é, até as vésperas da Primeira Guerra) comporta duas fases distintas, separadas pelo ano de 1870. Entre 1820 e 1870, o crescimento da renda *per capita* mundial se deu em ritmo mais lento, ainda que notavelmente superior ao observado nos séculos anteriores à Revolução Industrial. O resultado até 1870 deveu-se, quase exclusivamente, ao desempenho dos primeiros países a se industrializarem, na Europa e Estados Unidos. Por seu turno, os chamados países “retardatários” continuavam, em sua maioria, ainda imersos em um mundo malthusiano de pouco avanço na renda *per capita* (e, em alguns casos, possíveis recuos, como na Ásia e América Latina). O ritmo de crescimento da maior parte das economias iria se acelerar a partir

²² Esse tema será retomado na discussão da experiência de colonização brasileira no Capítulo 4.

²³ Inevitavelmente, no que se segue apresenta-se não mais que um breve resumo da experiência internacional com o crescimento econômico moderno. Para uma discussão mais alentada, recomenda-se ao leitor interessado a consulta a Cameron (1997) e, para o século XX, Frieden (2006).

dos anos 1870, fruto dos avanços tecnológicos trazidos pela chamada Segunda Revolução Industrial, combinados aos ganhos trazidos pela maior integração entre as economias (globalização).²⁴

Conforme nota Rondo Cameron, a expansão do comércio mundial foi um dos principais motores dos ganhos de produtividade (e, portanto, do crescimento) no século XIX, seja diretamente, ao permitir melhor alocação dos recursos dentro das economias e entre elas, seja como veículo para a difusão de conhecimento tecnológico através do mundo.²⁵ Para a intensificação do comércio internacional no século XIX (quando cresceu em um ritmo quatro vezes superior ao da economia), contribuiu uma combinação de avanços tecnológicos e institucionais. Entre os primeiros destacam-se melhoramentos na tecnologia de transportes e comunicações (ferrovias e navios a vapor; telégrafo elétrico). Do lado institucional, ressaltam-se: o desmantelamento gradativo das restrições mercantilistas que emperravam as trocas até então (ver os processos de independência nas Américas e o fim das restrições coloniais); a redução das tarifas médias de importação (até o final dos anos 1870); e, a partir de 1871, a consolidação do sistema de padrão-ouro internacional (e as taxas de câmbio fixas a ele associadas).²⁶

É provável que, mais que em qualquer outra época, tenha sido durante o século XIX que a geografia exerceu um papel decisivo na determinação das trajetórias de crescimento econômico das diversas regiões do globo. Nessa linha, Jeffrey Williamson argumenta que os padrões de especialização produtiva dos países – determinados pela dotação relativa de fatores e, em última instância, por condições climáticas, tipos de solo etc. – foram reforçados durante o período.²⁷ Para o autor, os ganhos generalizados proporcionados pela chamada “grande especialização” da época (na qual os países do “centro” se especializaram na produção e exportação de manufaturados e os da “periferia” na produção e exportação de *commodities*) se deram na direção “correta” prevista pelo modelo ricardiano de vantagens comparativas – ou seja, todos os países se beneficiaram da ampliação do comércio internacional no período. Contudo, tais ganhos teriam sido parcialmente contrabalançados, nos países da periferia, por

²⁴ Vale ressaltar que a ênfase conferida na literatura ao papel da indústria para a aceleração do crescimento econômico no último quarto do século XIX não deve servir para ofuscar a importância, para esse processo, dos ganhos de produtividade alcançados também no setor de serviços. Para uma discussão, no contexto do *catch-up* e posterior ultrapassagem dos Estados Unidos e Alemanha em relação à pioneira industrial Grã Bretanha, ver Broadberry (1998).

²⁵ Cameron (1997). Para um argumento na mesma linha, ver Findlay e O'Rourke (2007) e Lucas (2009).

²⁶ Para o papel desempenhado pelo padrão-ouro e a estabilidade cambial na expansão da economia global na segunda metade do século XIX, ver Estevadeordal *et al.* (2003).

²⁷ Williamson (2011).

três fatores, a saber: a desindustrialização de algumas economias (a exemplo de Índia, China, México e Império Otomano); práticas de *rent-seeking* por parte dos proprietários de terras e de minas nos países primário-exportadores, que se fortaleceram econômica e politicamente a partir do *boom* dos termos de troca experimentado pela periferia no período; os efeitos deletérios, sobre o nível e a composição do investimento doméstico, associados à extrema volatilidade dos preços de algumas *commodities*.

O primeiro fator é facilmente explicado. Diante do barateamento dos custos de produção na indústria têxtil algodoeira (o principal setor industrial à época) trazido pela Revolução Industrial, países com expressiva produção baseada em *manufaturas rurais* passaram a sofrer a concorrência avassaladora de têxteis britânicos produzidos por *maquinofaturas* (fábricas). O resultado foi a expansão das exportações têxteis britânicas, solapando não apenas a produção doméstica naqueles países como também o predomínio de têxteis indianos no mercado internacional.

Já os outros dois fatores ressaltados por Williamson exigem um pouco mais de elaboração. O primeiro caso (práticas de *rent-seeking* por parte da elite de fazendeiros e donos de minas) decorre da especialização que se seguiu ao início da globalização “clássica”, na segunda metade do século XIX. Países asiáticos e latino-americanos, em particular, passariam crescentemente a produzir e exportar *commodities*, movimento que seria impulsionado, ainda, pela melhoria dos termos de troca dos países primário-exportadores então observada. Consequentemente, reforçou-se, nesses países, o poder de grandes proprietários rurais e de minas, que impuseram domesticamente políticas que excluía a maior parte da população do acesso ao voto e, crucialmente, à educação (nesse último caso, com efeitos perversos sobre as perspectivas de crescimento econômico no longo prazo).

Por fim, o terceiro ponto destacado por Williamson envolve a chamada “loteria das *commodities*”. A ideia aqui é que as dotações climáticas e geográficas dos países da periferia os levaram a se especializar na produção e exportação de uns poucos produtos primários. Isso, por sua vez, tornava o investimento (cujos recursos provinham, em geral, dos lucros derivados do comércio exterior) muito suscetível à oscilação dos preços internacionais daqueles produtos. Ao final, países como Cuba (açúcar) e, em menor grau, Brasil e Colômbia (café) enfrentaram – por força da maior volatilidade (e, no caso do açúcar, tendência inequívoca de queda) dos preços desses produtos comparativamente, por exemplo, a lã, trigo e carnes exportados pela Argentina e Uruguai – taxas de investimento igualmente voláteis, prejudicando assim a sua trajetória de crescimento no longo prazo.

Seja como for, a globalização “clássica” do século XIX chegaria ao fim com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o freio imposto ao comércio internacional de bens, capitais e mão de obra. À destruição física trazida pelo conflito bélico e a retomada descoordenada do padrão-ouro nos anos 1920 seguiriam-se a crise de 1930 (a Grande Depressão) e o colapso da cooperação internacional, com a maior parte dos países implementando medidas comerciais e cambiais protecionistas, visando a “empobrecer o vizinho” (*beggar-thy-neighbor policies*). Esse processo de “desglobalização”, revertendo a integração dos mercados de bens e fatores observada na segunda metade do século XIX, contribuiu para desacelerar ainda mais o ritmo de crescimento econômico. Uma nova guerra em escala mundial, de proporções ainda mais destruidoras, ajudou a compor um quadro de baixo crescimento médio no mundo no período 1913-1950 (0,88% a.a., contra 1,3% a.a. entre 1870-1913).²⁸

Enquanto o entreguerras configura subperíodo de crescimento da renda *per capita* mundial atipicamente lento, as duas décadas e meia do pós-Segunda Guerra entrariam para a história como a Era de Ouro (1950-1973), assim chamada por ter testemunhado as mais elevadas taxas de crescimento do PIB *per capita* na Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão e diversas economias em desenvolvimento (inclusive o Brasil). Com efeito, todas as regiões e principais economias do mundo à época se beneficiaram dessa fase de crescimento, fossem elas capitalistas ou socialistas, países do (então) chamado Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo. Assim, entre 1950 e 1973, o PIB *per capita* mundial aumentou, em média, 2,92% a.a., com desempenho particularmente elevado na Europa (tanto Ocidental como Oriental) e, sobretudo, no Japão. O PIB *per capita* dos Estados Unidos e da América Latina também cresceu a taxas recordes nesse período – respectivamente, de 2,45% a.a. e 2,58% a.a., tendo o Brasil crescido ainda mais (3,73% a.a.), conforme se vê na Tabela 3.1.

Um dos propulsores dessa fase foi a retomada dos fluxos de comércio, em mais um exemplo do papel desse último como determinante “último” do crescimento. A criação e posterior ampliação da Comunidade Econômica Europeia – um novo arranjo institucional, favorecendo o comércio no continente – reforçam esse ponto.

Tanto a liberalização comercial como, em um segundo momento, a dos fluxos de capitais em nível internacional observados no período pós-Segunda Guerra

²⁸ Cumpre destacar que o ritmo de crescimento relativamente mais baixo que se observou no entreguerras se deveu aos choques “externos” provocados pelas duas grandes guerras e a Grande Depressão, e não a características “naturais” do funcionamento das economias capitalistas. Prova disso foi o avanço continuado da produtividade do trabalho e do ritmo de progresso técnico observado nas economias europeias e nos Estados Unidos, mesmo em meio a esses choques. Para esse argumento, ver Feinstein *et al.* (1997) e Field (2003).

foram capitaneadas pelos Estados Unidos, responsáveis maiores pela montagem e posterior operação do chamado Sistema de Bretton Woods no período.²⁹ Essa fase testemunharia, ainda, a transferência, em diversos países (inclusive no Brasil), de recursos da agricultura para os setores industriais e de serviços, de maior produtividade, contribuindo, assim, para o seu *catching up* em relação aos Estados Unidos e demais economias industrializadas. O progresso técnico havido na fase anterior e, não menos importante, a exportação de tecnologia e instituições norte-americanas para antigos aliados e inimigos também contribuíram para essa expansão.³⁰

A Era de Ouro chegou ao fim devido a uma combinação de choques adversos (colapso do sistema de taxas de câmbio fixas sob Bretton Woods e primeiro choque do petróleo) e, nos casos europeu e japonês, ao próprio esgotamento dos benefícios, em termos de aumento da produtividade, trazidos pela transferência de recursos da agricultura para a indústria. Os retornos decrescentes associados às estratégias de desenvolvimento econômico voltadas “para dentro”, tanto em sua versão socialista como entre os países em desenvolvimento que seguiram o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), também se tornaram explícitos ao final do período 1973-1990. O resultado global para o período foi uma queda, à metade, do ritmo de crescimento médio da economia mundial – para 1,4% a.a. Nesse contexto, os maiores contrastes ficaram a cargo, de um lado, do colapso do ritmo de crescimento da renda *per capita* na África e, de outro, da emergência de novas economias industrializadas na Ásia (os quatro Tigres e, mais para o final do período, o despertar do dragão chinês). Já a América Latina entraria, a partir da eclosão da crise da dívida no início dos anos 1980, em uma profunda crise, que faria cair a menos de 0,7% a.a. o crescimento médio da região entre 1973 e 1990. O Brasil também sofreria os efeitos da chamada “década perdida”, embora tenha apresentado taxa de crescimento do PIB *per capita* superior à média do continente – 1,41% a.a.

O último subperíodo destacado na Tabela 3.1 (1990-2008) inicia-se com a derrocada do comunismo e o triunfo do ideário (neo)liberal, dentro dos princípios reunidos no chamado Consenso de Washington. Com isso, assiste-se a um movimento generalizado no sentido de liberalização comercial e desregulamentação econômica na maior parte dos países, envolvendo uma redefinição do papel do Estado nas economias – passando de produtor direto de bens e

²⁹ Vale notar que o processo de gradual liberalização comercial e dos fluxos internacionais de capitais no período envolveu um número relativamente pequeno de países capitalistas avançados, não abrangendo o Terceiro Mundo ou as economias centralmente planejadas. Ver, a respeito, Frieden (2006).

³⁰ Para os fatores determinantes da Era de Ouro na Europa, ver Temin (2002). Eichengreen (2007) analisa o papel exercido pelas instituições exportadas pelos Estados Unidos.

serviços para regulador e provedor de bens públicos. Em termos econômicos, os impactos desse duplo movimento foram sentidos tanto nas antigas economias centralmente planejadas como nos países em desenvolvimento, cujo modelo de crescimento econômico “voltado para dentro” foi abandonado em favor de privatizações e liberalização econômica em geral.

Os resultados concretos, sobre as taxas de expansão do PIB *per capita*, dessa estratégia liberalizante nos anos 1990 não foram os esperados nos países em desenvolvimento e, nas economias em transição (ex-socialistas), podem ser considerados muito ruins. Assim, enquanto a América Latina jamais retomou as taxas de expansão do PIB *per capita* observadas nos anos 1950 e 1960, as ex-repúblicas soviéticas cresceriam menos de 0,8% a.a. entre 1990 e 2008.³¹ Já nas economias industriais avançadas (exceto o Japão), o crescimento do PIB *per capita* entre 1990 e 2008 ocorreu em um ritmo ligeiramente inferior – mas ainda bastante razoável – ao verificado nas duas décadas anteriores, embora em meio a menor volatilidade (o que ficaria conhecido como “Grande Moderação”, combinando crescimento econômico sustentado e baixa inflação).

Também na década de 1990, ganhou corpo importante fenômeno na Ásia, na qual o crescimento espetacular da economia da China (e, em menor ritmo, da Índia) contrasta com o início de longa estagnação da economia japonesa, até então um exemplo de “milagre” econômico. Dado o ritmo em que vem se dando o crescimento dos dois gigantes asiáticos – compreendendo cerca de 40% da população global –, seus efeitos se fazem sentir sobre as diversas regiões do globo. Em particular, a América Latina e a África, tradicionais fornecedores de matérias-primas no mercado mundial, foram claramente beneficiadas pela expansão asiática; suas taxas de crescimento econômico no período 1990-2008 (de 1,8% e 1,2% a.a., respectivamente), se não são extraordinárias, ao menos representam avanço em relação à virtual estagnação do período anterior. A especialização no fornecimento de *commodities* agrícolas e os ganhos obtidos a partir daí são testemunho, outra vez, de dois dos determinantes “últimos” referidos do crescimento (a geografia e o comércio).

Da breve história do crescimento econômico moderno vista aqui, fica claro o padrão desigual daquele fenômeno, tanto no tempo como no espaço. Experiências de crescimento regional em ritmos diversos em diferentes períodos, ao longo de quase 200 anos de história, teriam de resultar, inevitavelmente, em níveis distintos de renda *per capita* nos países. Considerando-se, ademais, tamanhos de população variados, tem-se que, nos últimos dois séculos, a participação de

³¹ Para Rodrik (2007), a frustração quanto aos resultados das reformas liberalizantes decorreria da demora em perceber o quanto as instituições que funcionam bem em um contexto podem não apresentar iguais resultados em outros.

cada país/região no total da renda mundial mudou drasticamente, conforme mostra a Tabela 3.2. Assim, tomadas em conjunto, as Tabelas 3.1 e 3.2 permitem concluir que as rendas *per capita* de todas as regiões do mundo cresceram nos últimos dois séculos, embora algumas tenham crescido mais que outras. O resultado desse crescimento em ritmos distintos ao longo do tempo foi uma mudança da distribuição da renda no mundo desde 1820.

TABELA 3.2 Distribuição regional do PIB global, 1820-2008 (em %)

	1820	1870	1913	1950	1973	1990	2008
Europa Ocidental	23,0	33,0	33,0	26,2	25,6	22,2	17,1
Europa Oriental	3,6	4,5	4,9	3,5	3,4	2,4	2,0
Antiga URSS	5,4	7,5	8,5	9,6	9,4	7,3	4,4
<i>Western Offshoots</i> *	1,9	10,0	21,3	30,7	25,3	24,6	21,5
Estados Unidos	1,8	8,9	18,9	27,3	22,1	21,4	18,6
América Latina	2,2	2,5	4,4	7,8	8,7	8,3	8,0
Brasil	0,4	0,6	0,7	1,7	2,5	2,7	2,5
Ásia	59,5	38,4	24,9	18,6	23,5	31,9	43,7
Japão	3,0	2,3	2,6	3,0	7,8	8,6	5,7
China	32,9	17,1	8,8	4,5	4,6	7,8	17,5
Índia	16,0	12,1	7,5	4,2	3,1	4,1	6,7
África	4,5	4,1	2,9	3,8	3,4	3,3	3,4
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Maddison (2010).

Assim, de centro da economia mundial em 1820 (pelo menos em termos de sua participação total), a Ásia cederia o lugar, já em 1870, para o Ocidente (Europa + *Western Offshoots*). Às vésperas da Primeira Guerra, a Europa Ocidental atingiria o maior peso na economia mundial. Essa posição passaria a ser desempenhada em seguida pelos Estados Unidos, que, em 1950, produziam mais de ¼ do PIB mundial. Também nessa época, a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seus satélites atingiram o seu ponto de maior participação no PIB mundial, recuando drasticamente a partir daí. Em paralelo – primeiramente com o Japão e, mais recentemente, em função do extraordinário desempenho da China e da Índia –, a Ásia começou a recuperar o seu peso relativo na economia mundial.³²

³² As participações no PIB global que são apresentadas na Tabela 3.2 devem ser vistas com cuidado, uma vez que o tamanho absoluto (medido em dólares, ajustados pelo conceito de paridade do poder de compra) das economias da China e Índia foi, recentemente, revisto para baixo. Como resultado, seu peso na economia mundial seria sensivelmente menor que o indicado na tabela. Para as estimativas revistas para 2005, ver Banco Mundial (2008).

Em suma, ao cabo de dois séculos, taxas distintas de crescimento da renda *per capita* nos diversos países e regiões tiveram impacto drástico sobre a segunda dimensão do desenvolvimento econômico – a equidade –, ao produzirem alterações na distribuição de renda em nível global. A próxima seção vai aprofundar esse ponto, examinando a evolução histórica da distribuição de renda no mundo, tanto dentro dos países como entre eles.

A desigualdade de renda na história

Conforme se viu, as sociedades pré-industriais eram essencialmente pobres. Como exemplo disso, Angus Maddison estima que a renda de um japonês médio em 1886 (ou seja, menos de 20 anos após a Restauração Meiji e o início da industrialização moderna daquele país) fosse cerca de 1/25 daquela observada no início do século XXI.³³ E o que dizer da distribuição dessa renda? Será que, além de pobre, o Japão (e, de modo geral, as sociedades pré-industriais) também era desigual? Ou, ao contrário, a desigualdade de renda seria um subproduto do processo de industrialização e do crescimento econômico moderno a ele associado?

À primeira vista, pode parecer que tal pergunta é de difícil resposta. Afinal, se, como já argumentado neste capítulo, as estimativas de renda *per capita* para o período anterior ao século XIX (e mesmo naquele século) devem ser vistas com reservas, o que se dirá de esforços de mensurar a distribuição de renda em sociedades antigas? Na realidade, é possível ter uma razoável aproximação da distribuição de renda em um grupo relativamente extenso e variado de países através dos séculos. Trabalhando com as chamadas “tabelas sociais” (*social tables*) – conjuntos de estimativas de renda média e população de diferentes classes sociais de determinada sociedade, feitas por contemporâneos –, Branko Milanovic, Peter Lindert e Jeffrey Williamson conseguiram estimar indicadores de concentração de renda em 28 economias pré-industriais, indo desde Roma antiga (no ano 14 d. C.) à Índia às vésperas de sua independência, em 1947.³⁴ Seus resultados variam muito, em um espectro que vai de uma distribuição de renda bastante equitativa da China de 1880 (com Gini estimado em 0,245) ao Chile de 1861 (apresentando Gini de 0,637).³⁵ Note-se que tais padrões de

³³ Maddison (2010).

³⁴ Milanovic, Lindert e Williamson (2011). O grau de desigualdade de renda é estimado pelos autores através do cálculo do índice de Gini a partir das informações trazidas pelas diversas “tabelas sociais”, lembrando que tal indicador assume valores entre 0 (perfeita igualdade na distribuição de renda) e 1 (máxima desigualdade).

³⁵ *Ibid.*, Tabela 2, p. 263.

distribuição de renda não diferem significativamente daqueles observados em economias industriais modernas: o Brasil, por exemplo, apresentava, em 1991, um coeficiente de Gini da distribuição de renda (0,612) não muito diferente do chileno em 1861, ao passo que um Gini em torno de 0,25, como o da China em 1880, caracteriza a maior parte dos países escandinavos nos dias atuais.

Até aqui a discussão se ateve ao exame da desigualdade *dentro* dos países individualmente. Conforme visto, as sociedades antigas não apresentavam padrões de distribuição de renda fundamentalmente diversos daqueles observados modernamente. E com relação às diferenças de renda *entre* países diferentes? Será que, também nesse caso, o mundo pré-industrial (malthusiano) e o industrial (moderno) se assemelham?

Antes de responder a essa indagação, convém definir o que se entende por desigualdade de renda entre países. Para tanto, é útil recorrer aos três conceitos de desigualdade definidos na literatura:

Conceito 1: desigualdade internacional não ponderada; nesse caso, cada país entra com uma renda *per capita* única e o coeficiente de Gini é calculado como se todos os países tivessem o mesmo tamanho.

Conceito 2: permanece a hipótese de que todos os habitantes de determinado país recebem o equivalente à sua renda *per capita*; diferentemente do conceito 1, porém, cada país entra com um número de observações proporcional à sua população.

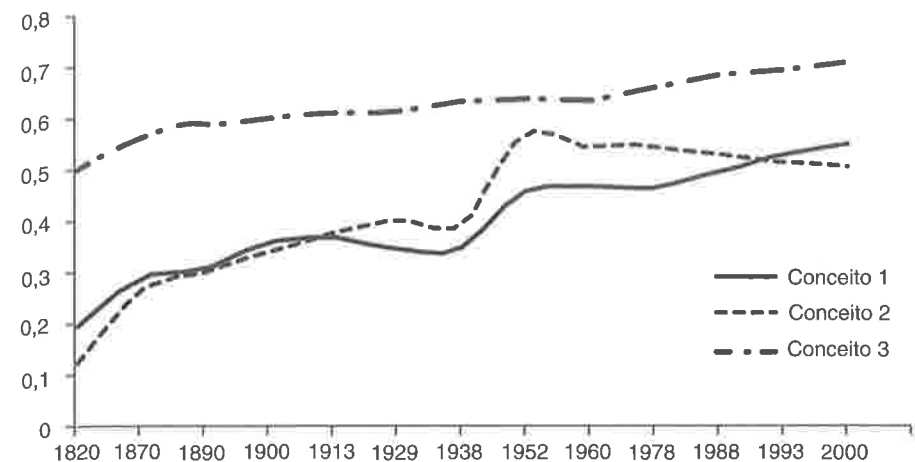
Conceito 3: a unidade de análise deixa de ser os países e passa a ser os indivíduos; é como se estivéssemos interessados na distribuição de renda entre cidadãos do mundo e não (como nos conceitos 1 e 2) na distribuição de renda entre brasileiros, chineses, argelinos etc. "médios".³⁶

Na prática, os dois primeiros conceitos buscam medir o que se pode designar como desigualdade *internacional* (entre nações) e estão na base da enorme literatura acerca da existência (ou não) de divergência entre a renda *per capita* dos diversos países. Já o conceito 3 capta o grau de desigualdade *global* (isto é, entre indivíduos, independentemente de seu país de residência) no mundo. O Gráfico 3.2 mostra o comportamento, ao longo dos últimos 200 anos, desses três conceitos de desigualdade de renda.

Começando pela medida de desigualdade internacional (conceitos 1 e 2), percebe-se nítido fenômeno de divergência após a Revolução Industrial à medida que uns poucos países europeus (acrescidos dos Estados Unidos) começavam

³⁶ Ver Milanovic (2005).

GRÁFICO 3.2 Desigualdade global em perspectiva histórica (Gini, 1820-2000)



Nota: Para a definição dos Conceitos 1, 2 e 3 de desigualdade, vide texto.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Bourguignon e Morrison (2002), Milanovic (2009a) e Milanovic, Lindert e Williamson (2011).

a se industrializar e auferir os benefícios, sobre os níveis de renda *per capita*, do crescimento econômico moderno.³⁷ A maior parte dos demais, por seu turno, ainda estava presa à dinâmica malthusiana, apresentando renda *per capita* estagnada no século XIX. Como resultado, a diferença da renda média dos países mais ricos para os mais pobres, que era de, no máximo, 4:1 em 1820, saltou para mais de 60:1 no início do século XXI.³⁸

Da combinação de crescimento moderno de uns poucos e estagnação (ou crescimento lento) da maior parte dos países resultou um aumento contínuo (brevemente interrompido no entreguerras) do coeficiente de Gini segundo o conceito 1. Já a desigualdade internacional medida pelo conceito 2 apresenta trajetória ligeiramente distinta: um salto mais abrupto no pós-guerra seguido de recuo modesto a partir da década de 1980 (em função, sobretudo, dos avanços na renda *per capita* de dois países pobres e populosos: China e Índia). Não obstante o sucesso recente dos dois gigantes asiáticos, o grau de desigualdade internacional de renda observado no início do século XXI é o mais elevado da história (ao menos segundo o conceito 1).

³⁷ Ver Pritchett (1997) e Friedman (2005).

³⁸ Além disso, passados dois séculos desde a Revolução Industrial, a hierarquia dos países (em termos de sua renda *per capita*) permaneceu praticamente inalterada, com a Europa Ocidental e os *Western Offshoots* ocupando a dianteira. A exceção notável a esse fato estilizado foi a incorporação, no clube dos países ricos, de alguns países asiáticos no pós-Segunda Guerra (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong). Ver Milanovic (2005).

Com relação à medida de desigualdade global de renda (captada pelo conceito 3), a série se inicia em um patamar significativamente mais elevado que nos outros dois indicadores e cresce ininterruptamente até os dias atuais, quando revela um nível de desigualdade também superior ao indicado pelos outros dois conceitos. Como se vê, entre o início do século XIX e o início do XXI, houve um aumento de cerca de 20 p.p. no coeficiente de Gini (conceito 3). Adicionalmente, ocorreu uma mudança na natureza dos determinantes desse conceito de desigualdade global. Enquanto no início do século XIX o principal determinante da desigualdade entre cidadãos do mundo eram as diferenças de renda *dentro* dos países, no início do século XXI ela decorre majoritariamente de diferenças nas rendas *per capita* entre os países. Nos termos de Branko Milanovic, até o século XIX a posição de um indivíduo na distribuição da renda global era determinada, principalmente, por sua classe social; modernamente, o que conta é, sobretudo, o seu local de residência.³⁹

Já a estabilidade recente (ainda que em um patamar nitidamente elevado – com um Gini em torno de 0,70) desse indicador de desigualdade é resultante de três forças que vêm atuando nas últimas décadas, duas no sentido de agravar a desigualdade e outra a atenuando.⁴⁰ As duas primeiras referem-se ao aumento da desigualdade dentro dos principais países do mundo (Estados Unidos, China e Índia, por exemplo), ao qual se soma a divergência na renda média dos diferentes países (já que os países muito pobres vêm crescendo menos que os demais nas últimas décadas). Agindo em sentido contrário está o rápido crescimento da renda *per capita* de China e Índia, dois países que ainda são pobres, no sentido de que sua renda *per capita* é inferior à renda média mundial. Do comportamento da renda *per capita* desses dois países dependerá a tendência futura da desigualdade global.

Resumo

O presente capítulo abordou, sob uma perspectiva histórica, o desenvolvimento econômico em suas duas principais dimensões: o crescimento e a distribuição de renda. Na segunda seção, argumentou-se que, historicamente, os

³⁹ Ver Milanovic (2009b) e Milanovic (2011).

⁴⁰ As estimativas mais precisas de desigualdade global (conceito 3) são obtidas a partir de pesquisas domiciliares (como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD brasileira). Para o período anterior a 1988, porém, os dados encontrados na literatura (e reproduzidos no Gráfico 3.2) baseiam-se em informações dos sistemas de Contas Nacionais dos diversos países. Essa também é a fonte de dados (basicamente a renda *per capita*, ajustada pelas paridades de poder de compra de cada país) utilizada no cômputo dos indicadores de desigualdade de renda internacional (conceitos 1 e 2).

padrões de vida médios dos indivíduos eram baixos. Dito de outra forma, o nível médio de renda durante a maior parte da história da humanidade era baixo e sua variação no tempo era quase imperceptível. Tal realidade decorria, fundamentalmente, da extrema dependência das economias agrárias de um fator de produção relativamente fixo – a terra. Nesse mundo dito malthusiano, caracterizado por progresso técnico muito baixo, o crescimento econômico e a expansão populacional, mais cedo ou mais tarde, esbarravam em um limite físico, e a “lei” dos rendimentos marginais decrescentes passava a predominar.

Conforme se observou, tal caracterização da dinâmica econômico-demográfica das sociedades pré-industriais não significa que, naquele contexto, não houvesse avanço econômico de qualquer natureza. Na realidade, havia épocas de maior expansão econômica e populacional nas economias agrárias tradicionais. Contudo, tais períodos não se sustentavam indefinidamente e, como tal, não eram capazes de proporcionar um aumento significativo e duradouro da renda *per capita* dos indivíduos.

Esse estado de coisas só começaria a mudar – e, ainda assim, de forma muito lenta e concentrada espacialmente no noroeste da Europa – a partir do século XVI. Para alguns autores, encontram-se na Holanda, e em seguida na Inglaterra, os primórdios do crescimento econômico dito “moderno”, envolvendo aumentos sustentados – ainda que modestos para os padrões atuais – nos níveis de renda *per capita*. Não obstante, será apenas com a Revolução Industrial britânica, na virada do século XVIII para o XIX, que efetivamente as portas para o crescimento econômico moderno começarão a se abrir de forma mais clara e permanente.

A Revolução Industrial, nesse sentido, é um claro divisor de águas na história humana. A partir dela, os limites malthusianos começam a ser rompidos em definitivo – primeiramente na Inglaterra e, a partir da disseminação da nova tecnologia produtiva, em outros países. Com isso, o crescimento econômico sustentado no tempo, baseado em ganhos de produtividade (por sua vez, decorrentes do avanço tecnológico permanente), torna-se a norma. Também a partir da Revolução Industrial promovem-se duas mudanças revolucionárias: de um lado, o alargamento da base energética à disposição da humanidade, com a transformação de energia de fontes fósseis (carvão) em trabalho; em segundo lugar, a dinâmica demográfica começa a se alterar, de um padrão no qual a expansão econômica leva a aumento populacional que inibe a elevação da renda *per capita* (regime malthusiano) para outro no qual reduções das taxas de natalidade permitem crescimento continuado da renda *per capita*.

Concluindo, com a disseminação da industrialização e do progresso técnico a partir de seu “berço” europeu, outras regiões do mundo também passaram a experimentar o crescimento econômico moderno, refletido em taxas de expansão

da renda *per capita* jamais vistas. Com isso – e dado o diferente *timing* em que se deu a transição para o crescimento econômico moderno nos diversos países ao longo dos últimos dois séculos – produziu-se uma divergência nos padrões de vida (renda *per capita*) entre eles. De uma situação há cerca de 200 anos em que a diferença de renda *per capita* dos países mais ricos para os mais pobres era de não mais que 4:1, chegou-se aos dias atuais a desníveis que podem alcançar 60:1. Em outras palavras, desde a Revolução Industrial, a humanidade como um todo ficou muito mais rica (em média, cerca de 11 vezes mais, em termos reais), mas os habitantes de determinados países se tornaram muito mais ricos do que os de outros. Além dessa enorme disparidade de renda *per capita* entre países, o capítulo mostrou que a desigualdade de renda entre indivíduos (cidadãos do mundo) também aumentou nos últimos dois séculos. Enquanto, no início do século XIX, tal desigualdade decorria sobretudo das diferenças de renda (classe) dentro dos países, crescentemente a desigualdade de renda global é explicada pela divergência da renda *per capita* dos diversos países.

Leituras recomendadas

Diamond (2004) é uma história econômica fascinante da humanidade desde as suas origens, escrita por um não historiador (ou economista). A relação entre os limites energéticos ao crescimento econômico nas economias agrárias, a Revolução Industrial e o advento do crescimento econômico “moderno” é explicada de forma original em Wrigley (2010). Para uma história econômica verdadeiramente mundial (embora com ênfase no Ocidente), combinando habilmente fatos e teoria, recomenda-se Cameron (1997). O crescimento econômico e as crises do século XX são discutidos de forma detalhada e elegante em Frieden (2006).

Milanovic (2011) oferece uma introdução leve ao importante tema da distribuição de renda no mundo. Para um tratamento ligeiramente mais técnico, sugere-se consultar Milanovic (2005).

Referências

- Banco Mundial. *Global Purchasing Power Parities and Real Expenditures. 2005 International Comparison Program*. Washington, D.C.: The World Bank, 2008.
- Bourguignon, F. e Morrisson, C. Inequality among World Citizens. *American Economic Review*, 92, 4, 727-744, 2002.
- Broadberry, S. How Did the United States and Germany Overtake Britain? A Sectoral Analysis of Comparative Productivity Levels, 1870-1990. *Journal of Economic History*, 58, 2, 375-407, 1998.

- Cameron, R. *A Concise Economic History of the World: from Paleolithic times to the present*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 3. ed., 1997.
- Clark, G. *A Farewell to Alms: A Brief Economic History of the World*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- Diamond, J. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 5. ed., 2004.
- Eichengreen, B. *The European Economy Since 1945: Coordinated Capitalism and Beyond*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- Estevadeordal, A., Frantz, B. e Taylor, A. M. The Rise and Fall of World Trade, 1870-1939. *Quarterly Journal of Economics*, 118, 2, 359-407, 2003.
- Feinstein, C. H., Temin, P. e Tonniolo, G. *The European Economy Between the Wars*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- Field, A. J. The Most Technologically Progressive Decade of the Century. *American Economic Review*, 93, 4, 1399-1413, 2003.
- Findlay, R. e O'Rourke, K. H. *Power and Plenty: Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2007.
- Frieden, J. *Global Capitalism: its fall and rise in the twentieth century*. Nova York e Londres: Norton, 2006.
- Friedman, B. *The Moral Consequences of Economic Growth*. Nova York: Vintage Books, 2005.
- Galor, O. e Moav, O. Natural Selection and the Origin of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, 117, 4, 1133-1191, 2002.
- Goldstone, J. Efflorescences and Economic Growth in World History: Rethinking the “Rise of the West” and the Industrial Revolution. *Journal of World History*, 13, Issue 2, 323-389, 2002.
- Kuznets, S. *Modern Economic Growth: Rate, Structure and Spread*. New Haven, CT: Yale University Press, 1966.
- Livi-Bacci, M. *A Concise History of World Population*. Oxford: Blackwell, 4. ed., 2007.
- Lucas, R. E. Trade and the Diffusion of the Industrial Revolution. *American Economic Journal*, 1, 1, 1-25, 2009.
- Maddison, A. World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2006 AD. www.ggdc.net/Maddison, 2010.
- Maddison, A. *Contours of the World Economy, 1-2030*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Maddison, A. *La Economía Mundial, 1820-1992: análisis y estadísticas*. Paris: OCDE, 1997.
- Malanima, P. The Long Ancient Growth, 1000 BC-200 AD. Disponível em <www.pao-lomalamina.it/default_file/Papers/The_Long_Ancient_Growth.pdf> (s.d.)
- McCloskey, D. *Bourgeois Dignity: why economics can't explain the modern world*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- Milanovic, B. *The Haves and the Have-Nots: A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*. Nova York: Basic Books, 2011.
- Milanovic, B. Global Inequality Recalculated: The Effect of New 2005 PPP Estimates on global Inequality. The World Bank, Policy Research Working Paper, n. 5061, 2009a.
- Milanovic, B. Global Inequality and the Global Inequality Extraction Ratio: The Story of The Past Two Centuries. The World Bank, Policy Research Working Paper, n. 5044, 2009b.

- Milanovic, B. *Worlds Apart: Measuring International and Global Inequality*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2005.
- Milanovic, B. Lindert, P. H. e Williamson, J. G. Pre-Industrial Inequality. *Economic Journal*, 121, 551, 255-272, 2011.
- Mokyr, J. The Industrial Revolution. In: J. Mokyr (ed.) *The Oxford Encyclopedia of Economic History*. Oxford: Oxford University Press, 3, 49-56, 2003.
- Mokyr, J. *The Gifts of Athena: Historical Origins of The Knowledge Economy*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2002.
- Mokyr, J. e Voth, H. J. Understanding Growth in Europe, 1700-1870: Theory and Evidence. In: Broadberry, S. e O'Rourke, K. H. (eds.) *The Cambridge Economic History of Modern Europe*, vol. 1 (1700-1870). Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- North, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Persson, K. G. *The Economic History of Europe: Knowledge, Institutions and Growth, 600 to The Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Pritchett, L. Divergence, Big Time. *Journal of Economic Perspectives*, 11, 3, 3-17, 1997.
- Rodrik, D. *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions and Economic Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.
- Rodrik, D. What do We Learn from Country Narratives? In: Dani Rodrik (ed.) *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2003.
- Snowdon, B. Towards a Unified Theory of Economic Growth: Oded Galor on the Transition from Malthusian Stagnation to Modern Economic Growth. *World Economics*, 9, 2, 97-151, 2008.
- Temin, P. The Golden Age of European Growth Reconsidered. *European Review of Economic History*, 6, 3, 3-22, 2002.
- De Vries, J. e Woude, van der A.. *The First Modern Economy: Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- Williamson, J. G. *Trade and Poverty: When the Third World Fell Behind*. Cambridge, MA e London: MIT Press, 2011.
- Wrigley, Edward A. *Energy and the English Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Zanden, J. L. van. *The Long Road to the Industrial Revolution: the European Economy in a Global Perspective, 1000-1800*. Leiden and Boston: Brill, 2009.